

Mutações da paisagem urbana no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX

Changes in the urban landscape of Rio de Janeiro in the Second Half of the 20th Century

Silvia Carvalho Josephson^I; Ana Maria Jacó-Vilela^{II}

I - Universidade Federal Fluminense

II - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Contemporaneamente, a instituição do sistema de cotas para estudantes afro-descendentes nas Universidades Públicas e em concursos públicos pode ser analisada como uma das formas pelas quais a questão racial no Brasil se mostra ainda presente. A população em geral tem se manifestado, expressando suas opiniões em relação a essa proposta. A principal justificativa para tal medida reside em pretender ser uma ação afirmativa de inclusão social, que viria a redimir o país da dívida para com os descendentes daqueles que, por mais de trezentos anos, sofreram o peso da escravidão. Dentre os argumentos contrários, encontram-se os que avaliam essa iniciativa como podendo provocar um racismo ao inverso. O debate não se esgota nesse resumo das discussões sobre o tema apresentado, pois elas se têm complexificado. No presente artigo, consideramos pertinente trazer à tona a antiga e complexa questão racial, apontando para sua atualidade e possibilitando colocá-la em análise. Nesse sentido, pretendemos utilizar a proposição das cotas como disparador para estudar a problemática da raça no momento em que essa categoria se configurou como conceito científico justificador das políticas governamentais relativas à população brasileira no final do século XIX. Para tratar esse problema, pensamos que a escolha de um objeto de pesquisa deve ser determinado pelas lutas contemporâneas, pois acreditamos que elas apontam para algum acontecimento histórico que reverbera até hoje, fazendo-nos crer que as coisas sempre foram naturais, quando são efeito de múltiplos embates entre homens, saberes e poderes. Daí, algumas perguntas podem ser feitas: qual é a cor do negro brasileiro?; qual é a cor do brasileiro ?

Palavras-chave: história; subjetividade; espaços urbanos.

ABSTRACT:

Nowadays, the establishment of quotas for Afro-descendent students in Public Universities and public competitive examinations may be analyzed as one of the forms in which the racial issue still exists in Brazil. In general, the population has spoken out, expressing their opinions on this question. The main justification for such measure resides in its character of intending to be an affirmative action for social inclusion that would redeem the country from its debt with the descendents of those who suffered the weight of slavery for more than three hundred years. Among the contrary arguments are those that consider this initiative as liable to provoke racism in reverse. The debate goes beyond this summary of discussions on the present subject, as they have become more complex. In this work, we deem relevant to bring this old and complex social issue up, pointing out its contemporaneity, and making it possible to put it under analysis. In this sense, we intend to use the quota issue as a trigger to study the race question at a moment when this category has taken the shape of a scientific concept that justifies the government policies concerning the Brazilian population at the end of the 20th century. To assess this question, we think that the choice of an object of research must be determined by contemporary struggles, as we believe that they point to some historical event that still reverberates, making us believe that things have always been natural when, in fact, they are the effect of multiple clashes between men, knowledges and powers. Thus, some questions may be asked, such as “What is the color of the Brazilian ‘negro’?”, “What is the color of the Brazilian?”

Key words: history; subjectivity; urban spaces

Marilena Chauí (2000), em sua análise sobre os mitos fundadores que organizam nosso pensamento acerca de nós, brasileiros, e do Brasil, chama atenção para a característica principal dos mitos em geral, que é a de manterem um vínculo permanente com o passado, conservando-se, por isso, todo o tempo como presentes, não permitindo o “trabalho da diferença temporal e compreensão do passado enquanto tal” (p.9) e produzindo afirmações contraditórias que, por passarem despercebidas, não são analisadas.

Ainda segundo a autora, essa característica dos mitos é o que nos permite, hoje, afirmar que vivemos num país sem preconceitos, desconhecedor da discriminação de raças e credos, nascido de uma mistura de raças e, ao mesmo tempo, dizer que “os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, as mulheres, naturalmente inferiores”(p.8).

Contradições que Schwarcz (1993) também mostra com clareza em seu estudo sobre os embates entre os “homens de ciência” e os “homens da lei”, no período de 1870/1930, deixando clara a importância da questão racial no Brasil, que ultrapassa o momento em que ela se torna objeto dos saberes médicos e antropológicos no período citado.

É ainda a imagem da convivência racial pacífica, cunhada por Freyre, que aparece desenhada no Zé Carioca de Disney, no Carnaval exportado pelas grandes agências de turismo, na imagem do malandro que cada vez mais se distancia da realidade. É essa representação mestiça do país que de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo (SCHWARCZ, 1993: 249).

Contemporaneamente, a instituição do sistema de cotas para estudantes afro-descendentes nas Universidades Públicas e nos concursos públicos pode ser analisada como uma das formas pelas quais a questão racial no Brasil se mostra ainda presente. Professores, reitores e alunos das universidades, jornalistas, intelectuais e a população em geral têm se manifestado, expressando opiniões, favoráveis ou não, em relação a essa proposta.

A principal justificativa para tal medida reside em pretender ser uma ação afirmativa de inclusão social e que viria redimir o país da dívida para com os descendentes daqueles que, por mais de trezentos anos, sofreram o peso da escravidão e da exclusão. Reproduzimos aqui um depoimento de

Sueli Carneiro, diretora da Organização Não-Governamental Geledés – Instituto da Mulher Negra, sobre o assunto:

Nas últimas três gerações, apesar do desenvolvimento econômico do País, não conseguimos aproximar as linhas paralelas entre brancos e negros na educação e no mercado de trabalho. Todas as estatísticas do IBGE e do Ipea mostram que, principalmente no campo educacional, não foi possível alterar o padrão de desigualdade. E por isso a necessidade de uma política pública para a educação, de cotas. Mas ela é uma das iniciativas para este país dividido. A ação afirmativa não deve ser apenas do governo federal, mas de toda a sociedade (Revista ISTO É, 06/08/2003:68).

Dentre os argumentos contrários, encontram-se os que avaliam essa iniciativa como provocando um racismo ao inverso, pois reintroduziria, “pela porta dos fundos, a crença racista segundo a qual existe uma relação entre a capacidade e a cor da pele” (Demétrio Magnoli, Folha de São Paulo, *apud* Revista ISTO É, 06/08/2003: 69). Proposta então racista, paliativa e segregacionista. Outros, ainda, defendem que essa medida deveria ser extensiva aos pobres e aos alunos oriundos de escolas públicas, sem o privilégio do critério de cor/raça.

O debate não se esgota aqui, nesse resumo das discussões sobre o tema apresentado, pois elas se têm complexificado. Contudo, queremos chamar atenção para o procedimento adotado por uma Universidade Pública partidária do sistema de cotas, que também foi notícia nos meios de comunicação. Nessa instituição, os alunos se inscrevem para o vestibular e se auto-declaram negros, repetindo a forma adotada pelo sistema censitário brasileiro. De forma a conferir se esses candidatos eram mesmos negros, foi proposto que fornecessem fotos para serem analisadas por uma comissão que atestaria o “ser negro” do candidato e, em seguida, homologaria sua

inscrição. Esse funcionamento foi justificativa estratégica para impedir fraudes, isto é, barrar aqueles que, indevidamente, se auto-declaravam negros, e gerou forte reação – os opositores a esse sistema o acusaram de indicar o nascimento de um “tribunal racial” no Brasil.

No presente artigo, não nos propomos a aprofundar essa discussão sobre as cotas, no sentido de tomar partido, a favor ou contra tal medida. Contudo, consideramos sua pertinência por trazer à tona a antiga, complexa e delicada questão racial no Brasil, apontando para sua atualidade e possibilitando colocá-la em análise.

Nesse sentido, pretendemos utilizar a proposição das cotas como disparador para estudar a problemática da raça no momento em que essa categoria se configurou como conceito científico para justificar políticas governamentais relativas à população brasileira, no final do século XIX. Nosso estudo se volta especificamente para o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, acompanhando as transformações pelas quais passou a cidade, bem como os embates que nela tiveram lugar.

Para tratar esse problema pensamos, como Foucault, que a escolha de um objeto de pesquisa deve ser determinado por lutas travadas contemporaneamente, pois elas apontam para algum acontecimento histórico que se institucionalizou, por ter sido capturado por forças que nele encontraram um instrumento adequado para organizar as relações sociais e políticas em um momento histórico de uma certa sociedade. Por esse motivo, ele reverbera até hoje, fazendo-nos crer que as coisas sempre foram da maneira como são atualmente e tornando, portanto, natural, o que é, efetivamente, efeito de múltiplos embates entre homens, saberes e poderes.

Daí, algumas perguntas podem ser feitas, sem que, no entanto, nos proponhamos a respondê-las de forma clara e distinta, aos moldes cartesianos: qual é a cor do negro brasileiro?; qual é a cor do brasileiro ?

Voltamos a Foucault (1995) e, com ele, pensamos que se trata, então, de usar a história para desfamiliarizar e questionar esses objetos cristalizados e naturalizados, tanto quanto nossos hábitos e identidades, ou seja, a busca de uma sociedade pela clareza sobre suas cores e raças. Ou, como ele mesmo nos diz: “Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (p. 239).

Eles sempre estiveram em todos os lugares...

O Rio de Janeiro, capital do Brasil, que recebeu Dom João e sua comitiva de 15.000 pessoas, em 1808, era uma cidadezinha colonial, exótica, emoldurada por uma cadeia de montanhas, com uma baía de águas azuis e mansas, cercada de casas todas muito parecidas e, além dessas, uma arquitetura religiosa-militar repleta de igrejas e fortalezas, sem nada da suntuosidade e dos amplos espaços dos palácios portugueses.

Por esse tempo, o perímetro urbano totalizava 76 logradouros públicos – 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 campos ou largos –, onde moravam 60.000 pessoas, dois terços das quais eram negros, livres ou escravos, espaço demarcado por quatro morros (Santo Antônio, São Bento, da Conceição e do Castelo), que já existiam desde a fundação da cidade e se estendiam até o Rocio Pequeno (depois Praça 11 de Junho).

A Abertura dos Portos, rompendo com o enclausuramento do Brasil e o destino a que as cidades coloniais estavam fadadas – o de reproduzir a assimetria do pacto colonial, expresso por estratégias de contenção, vigilância e administração definidas pela Metrópole Portuguesa –,

possibilitou a vinda de estrangeiros que tiveram mais liberdade para conhecer esse país “exótico”.

Naturalistas, diplomatas, comerciantes, artistas profissionais e amadores, aventureiros, turistas e engenheiros de diferentes países chegaram ao Brasil a fim de conhecer, estudar e descrever a vida humana, a geografia, a topografia e a vegetação brasileiras, ainda consideradas estranhas e inusitadas.

Ficavam surpresos com as formas originais das montanhas que circundavam a cidade, cobertas de mata tropical, do extenso manguezal que lhe fazia limite e da baía redonda, onde peixes e crustáceos das mais variadas espécies tinham seu *habitat*. Tudo isto, e mais os frutos e flores coloridos e desconhecidos, formava um conjunto que os deslumbrava – natureza esplêndida que, entretanto, se contrapunha à cidade, avaliada como apequenada, confusa e acanhada em comparação com a grandiosidade de seu entorno.

Mas, ultrapassado esse primeiro momento, os visitantes eram atingidos por um outro impacto: parecia-lhes ter desembarcado em uma cidade das costas da África. A cidade era negra, porque negros eram os que compunham a maioria quase absoluta de seus moradores e percorriam sem cessar suas ruas e logradouros¹.

Estabeleceram uma associação entre estes – escravos ou não, mas todos “selvagens e bárbaros” – e as ruas, sinuosas e sujas, dominadas por odores “fétidos”, pelos gritos, cantos, danças e pela sujeira das roupas de seus transeuntes principais: os “pretos africanos”. Eram eles que, na visão desses visitantes, por estarem em todos os espaços – palacetes, casas, morros, quilombos, campos, praças e ruas – e fazendo todos os tipos de serviço, tornavam a cidade ainda mais confusa, incontrolável e sórdida.

Seus hábitos, danças e jogos produziam espanto e aversão, havendo mesmo quem os comparasse a uma “Babilônia infame” (MARQUÊS DE BORBA *apud* SCHWARCZ, 2002:254).

A região da Alfândega e do Porto (atual Praça XV) e em torno da rua Direita (atual Primeiro de Março) fervilhava de atividade, com os escravos carregadores e estivadores embarcando e desembarcando passageiros e cargas (sacos de café, açúcar e outros produtos), trabalhando duramente e realizando toda sorte de trabalhos manuais e braçais desprezados por seus senhores, enquanto estes faziam a sesta nas horas mais quentes do dia, entre 12:00 e 14:00 horas.

A abrangência dessas atividades pode ser superficialmente visualizada na listagem das principais ocupações desenvolvidas, sem o detalhamento das atividades específicas: os cativos trabalhavam na agricultura e em atividades de subsistência, nas casas de família, no transporte de cargas diversas (aí incluídas as cargas humanas – as cadeirinhas de arruar, as liteiras, as redes), na estiva, em fábricas (de pólvora, café, açúcar, roupas e tecidos grossos de algodão), nos matadouros, nas pedreiras, em obras públicas, na construção de casas e edifícios, na caça e na pesca, na tripulação de canoas e barcos, como vendedores, carroceiros, em estábulos, nas fundições e em quaisquer outros trabalhos necessários para o funcionamento da cidade. Tratava-se de uma cidade totalmente viabilizada por escravos, oriundos, na grande maioria, da África Central Atlântica.

Era esta a cidade que se impunha aos que aqui chegavam e que, a despeito dos esforços de civilizá-la empreendidos pela Corte de Dom João, mantinha seus hábitos coloniais: acordava cedo, às cinco horas da manhã, com os tiros das fortalezas e os sinos da igrejas que chamavam para a Ave-

Maria, iniciando o movimento e o barulho promovido pelos “povos das ruas” – os carregadores de água e leite, as vendedoras de pão-de-ló, os peixeiros com seus pregões, os garrafeiros, funileiros, vendedores de cestos, pedintes das irmandades, o bate-boca das quitandas e tantos outros ruídos, com gente de todos os tipos, cores e costumes, mas onde predominavam os negros. Realmente, uma verdadeira “Babilônia”.

O barulho se estendia até as 12:00 horas, quando as repartições se fechavam e a outra cidade, a dos civilizados, fazia sua sesta, mas era retomado às 14:00 horas e, aí, tudo recomeçava, embora com outras vozes e pregões dos vendedores de gulodices e de velas, para as promessas para os santos. Durante a noite, eram ainda outros os barulhos: dos ratos e baratas andando pelas casas e dos cães, que ladravam a noite inteira.

Essa cidade era, também, a cidade dos outros pobres, os não escravos: os pequenos comerciantes – a maioria deles portugueses pobres, que moravam em aposentos nos fundos de suas lojas –, os pequenos funcionários, caixeiros, serviçais em geral, moradores de bairros afastados ou dos cortiços que já se multiplicavam no centro da cidade.

Mas, fora esses grupos, eram os negros que existiam em número muito maior do que os outros habitantes da cidade. Enxameavam as ruas, ruelas e ladeiras da cidade, muitas delas escondidas por trás dos sobrados e palacetes, onde viviam os mais abastados e a realeza, a serviço de seus donos, fazendo compras, realizando pequenos serviços, recolhendo água dos chafarizes públicos, carregando seus senhores em suas andanças pela cidade e também todo tipo de carga. Com frequência cada vez maior, nesse século, eles podiam ainda ser alugados como “escravos de ganho” a fim de aumentar a renda de seus senhores (TAPAJÓS, 1989).

Negros enchiam as ruas que não eram percorridas pelos outros moradores, brancos e ricos. Estes circulavam muito pouco: andar pelas ruas era mal visto. Era coisa de escravo. As ruas não tinham, nesse momento, a importância que viriam a ter posteriormente na vida da cidade e de seus habitantes.

Essa cidade barulhenta, com seu traçado labiríntico – típico da construção portuguesa de suas cidades coloniais² –, tortuoso e irregular, com morros a contornar, valas a ultrapassar e quase às escuras durante a noite, era um problema, pois impossibilitava a vigilância e o controle dos “amontoados” de negros, e era considerada solo fértil para o aparecimento e a propagação de doenças e epidemias.

Fazendo coro com a avaliação dos visitantes, a nobreza e a elite cariocas apontavam para a falta de ordem, limpeza, regularidade e vitalidade tanto da cidade quanto dos povos que por ela circulavam. Era urgente “desodorizar” e reconstruir os espaços em consonância com os padrões de vigilância, limpeza e regularidade característicos das cidades modernas.

Para tanto, era preciso reenquadrar a sociedade e a cidade, redefinir suas formas de sociabilidade e reinscrever a vida da população em um outro *script*. “Estetizar o cotidiano, impor uma ordem minuciosa que regulasse todas as esferas da existência e forjar o decoro público se tornou o projeto civilizatório daquela corte” (PECHMAN, 2002:15).

Para esse caso, a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, por Dom João, foi de importância fundamental. O primeiro Intendente, Paulo Fernandes Viana, tinha como suas atribuições, além das ligadas à edificação, à administração pública (ampliação do abastecimento de água potável, instalação de novos lampiões, demolição de prédios velhos, reparos nos calçamentos das ruas, abertura de novas

estradas, entre outras), zelar pela segurança e pela moral e bons costumes da população.

Nesse sentido, policial dizia respeito a limpar a cidade, vigiar o comportamento das pessoas nos locais públicos de divertimento, definir horário de funcionamento das vendas, botequins e casa de jogos, controlar a sujeira das ruas e a mendicância e elaborar estatísticas de localização da população pobre e escrava³.

Paulo Fernandes Viana teve como seu auxiliar principal Miguel Nunes Vidigal, o Major Vidigal – imortalizado no livro de Manuel Antonio de Almeida, “Memórias de um Sargento de Milícia”–, famoso por enfrentar os elementos considerados perigosos, as maltas de capoeiras, desbaratar os antros de bandidos e assaltantes e caçar os negros que se escondiam nos quilombos situados nos morros da cidade. Para estes não havia a possibilidade de se tornarem civilizados, pois já eram desordeiros por sua própria natureza. Só mereciam as famosas “Ceias de Camarão”⁴, que Vidigal mandava distribuir sem economia nos porões do Calabouço.

Pretendia-se uma nova ordem social, embora não fosse ainda uma ordem urbana, na medida em que era definida pelos donos do poder, a Corte. Era uma ordem cortesã que se impunha e, portanto, não resultava das formas de organização da própria cidade. Dom João pretendeu impor seu conceito de sociedade civilizada européia sobre uma cidade colonial que, durante trezentos anos, foi impedida de ter acesso aos bens culturais e econômico/políticos existentes nos países europeus. Nesse projeto civilizatório cortesão, esta questão não foi considerada.

O controle social visava, naquele momento, a inculcar na população um certo modelo de ordem e civilidade, esta parecendo ser a grande novidade, por se configurar como a substituição da linguagem do carrasco –

pena de morte, mutilação, confisco ou tortura – pela nova linguagem civilizada e iluminista da razão, da prevenção, da civilização e do decoro. O objetivo era o de alcançar a paz social, o respeito, a admiração e o cumprimento dos deveres sociais, que nada mais são do que expressões do pacto cívico a que devem almejar todas as sociedades civilizadas.

Cabe ressaltar que a imposição dessa ordem civilizada e universal era dirigida à elite e aos setores médios da população, dela sendo excluídos os negros e os pobres. Aos primeiros cabia aplicar as normas e regras da medicina higienista e as concepções jurídicas constantes dos Códigos Criminal (1830) e do Processo Criminal (1835); quanto aos últimos, não cidadãos, continuava vigendo a dureza das Ordenações Filipinas: o açoite, as galés, o tronco, o enforcamento e outros castigos.

Essas intervenções de cunho modernizador e civilizatório prosseguiram posteriormente durante o Império e se ampliaram com a implementação de melhorias urbanas, modificando drasticamente, principalmente a partir de 1830, a vida da cidade e de seus habitantes.

Novos transportes coletivos, os *omnibus*, as gôndolas e finalmente os bondes substituíram aos poucos as “cadeirinhas de arruar”, as liteiras e outros modos de transporte tradicionais e produziram alterações profundas na paisagem urbana, por terem aproximado as distâncias entre os diversos bairros da cidade, desde os mais distantes do centro, e expandindo-se até os subúrbios, transformando radicalmente a relação da população com sua cidade.

O Rio de Janeiro conheceu nesse período um incremento do tráfego de pessoas e veículos, pois os brancos ricos e remediados, antes fechados em suas casa e chácaras, tomaram as ruas da cidade, freqüentando as lojas de comércio, as costureiras e alfaiates, os restaurantes, cafés e teatros.

Passeios eram organizados para visitas ao Jardim Botânico, Santa Tereza, Corcovado, Alto da Tijuca e outros tantos lugares antes impossíveis de serem conhecidos: os cariocas começavam a se apropriar de sua cidade e a se “mundanizar”, o que irá modificar as formas de sociabilidade até então conhecidas.

A partir de 1850, a distribuição de água também foi modernizada, com a introdução de uma rede domiciliar de distribuição construída com tubos de ferro e aparelhos importados da Inglaterra, substituindo o sistema de chafarizes e bicas públicas e o serviço de pipas d’água puxadas por burros, cuja execução, como era costume, ficava a cargo dos escravos.

As numerosas valas a céu aberto, que rasgavam a cidade em várias direções e recebiam os dejetos da população transportados em grandes barris pelos “tigres”⁵, passaram a ser vistas como responsáveis pelos principais focos de infecção e de insalubridade, pois contaminavam os lençóis subterrâneos de água e os ares com seus miasmas e cheiro pútrido, formando ambiente propício para a disseminação de febres, cólera, diarreias e febre amarela.

Tais avaliações negativas culminaram na instalação, em 1862, da rede urbana de esgotos, a primeira do Brasil e a terceira do mundo, igualando o Rio de Janeiro a Londres e Paris, as únicas cidades a possuir esse moderno sistema domiciliar de esgotamento sanitário. Até o fim do Império, grande parte da população foi contemplada por esse serviço, realizado pela Companhia The Rio de Janeiro City Improvements, criada pela casa bancária inglesa Gleen and Mills (BENCHIMOL, 1992), e a iluminação à gás substituiu os mal cheirosos lampiões de óleo de peixe. A nova iluminação atraiu as famílias para passeios noturnos, para os restaurantes e lojas, dando um novo movimento à cidade. Em 1874, 10.000

novas casas desfrutavam dessa novidade da modernização da cidade, embora, nos subúrbios mais ermos, ainda persistissem os “sórdidos” lampiões a óleo de peixe.

Todos esses equipamentos transformaram a capital da Corte, aproximando bairros distantes, atraindo para fora de casa as famílias, modificando a própria cidade e retirando dos ombros dos escravos o peso de carregar pessoas, tinhas de excrementos, móveis, pipas d’água e tantas outras coisas.

Mas a cor negra, ainda predominante na cidade, não passou despercebida das autoridades, e medidas oficiais foram tomadas para contrabalançar essa tendência. Com o fim real e efetivo do tráfico de escravos em 1850, acoplado à necessidade de mais braços para o trabalho nas lavouras de café, mas também porque ceifados pelas sucessivas epidemias que assolavam a cidade, os escravos africanos iam desaparecendo da cidade. Um intenso fluxo de colonos dos Açores (colônia portuguesa) e de camponeses de Portugal desembarcou no Rio de Janeiro e, entre 1844 e 1878, mais de 200.000 portugueses chegaram à cidade.

Essa onda migratória foi um dos fatores que veio a alterar a cor da cidade, atestada pelos recenseamentos implementados pelo Império. Para estabelecer as políticas necessárias para melhor gerir a população era mister conhecê-la e, para tal, em 1834, segundo Karasch (2000), tiveram início as várias tentativas (nem todas bem sucedidas) de recensear a população do Império e da capital “à luz da estadística”. Os primeiros censos trabalhavam com a classificação de cor e apresentavam também outros levantamentos: ocupação, brasileiros livres, estrangeiros, nacionalidade, escravos, negros livres de nações diversas. Não continham, entretanto, a categoria de

libertos. Isso talvez porque, naquele período, seu número fosse ainda reduzido.

Em 1849, no censo realizado por Haddock Lobo, não houve classificações quanto à cor, com a justificativa seguinte: “além de odiosa, deveria sair muito imperfeita pela infidelidade com que cada indivíduo faria de si próprio a necessária declaração” (LOBO *apud* LIMA, 2003; 115). De acordo com Lima (2003), a substituição do critério cor, nesse recenseamento, pelas condições de livre, liberto ou escravo, longe de significar uma atitude “humanista” e não preconceituosa, indicava um silenciamento sobre as cores dos habitantes da cidade, de modo a não ressaltar o que já se sabia e que causava incômodo: tratava-se de uma cidade que continuava sendo negra.

Já em 1872, o quesito cor foi substituído por raça (brancos, pardos, pretos e caboclos), sugerindo uma mudança na forma de conceber e gerir a população que, embora não deixasse de lado a questão da cor, pretendia ancorá-la em critérios mais rígidos, menos dependentes da auto-declaração. Neste censo, o número de portugueses duplicou, subindo de 1/10 para 1/5 da população, enquanto a proporção de negros diminuiu em relação aos anos precedentes.

Não falar sobre a cor não significa que, em outras instâncias, ela não fosse usada para definir os critérios com os quais julgar a população. Se a cor não existe mais oficialmente, ela está presente, por exemplo, nas intervenções policiais, que a utilizavam como critério de suspeição, vigilância e identificação dos envolvidos. Se a cor estava ausente das classificações oficiais, continuava presente no cotidiano das gentes, agora “sem cor”, tornando-as suspeitas sempre que algum ato ilícito fosse cometido ou somente pela possibilidade dele vir a acontecer. Havia

igualmente os casos mais explícitos, como o das maltas de capoeiras que assombravam a sociedade ao longo do século XIX e estiveram, durante esse período, sob observação e suspeita (LIMA, 2000).

Mas não foi somente a cor da população que mudou. Segundo Freyre (2003), ao longo do século XIX, as próprias cores da cidade foram empalidecendo em função do contato cada vez mais forte e incisivo com a Europa: as casas perderam suas cores – os brancos, azuis, vermelhas, roxos, verdes e amarelos – e seus enfeites azulejados; as roupas, as fitas dos vestidos e dos cabelos; o interior das igrejas, os desenhos e pinturas. As carruagens e suas cortinas vermelho carmesim, os xales e os turbantes usados pelas mulheres, tudo se foi acinzentando, as cores fortes sendo usadas apenas em situações excepcionais, como nos dias de parada, procissões, feriados e carnaval. Foram embora as cores e enfeites de origem asiática, africana e indígena, cedendo lugar ao “monocromatismo” das cores escuras civilizadas, urbanas e burguesas.

No período relativo às duas últimas décadas do século XIX, o Rio de Janeiro deixou de ser uma cidade negra: era mestiça, muito mais diversificada e populosa do que nas décadas anteriores e, com isso, os sinais que separavam os negros – escravos ou forros – dos brancos livres se esvaneceram. Como se podia reconhecer quem era quem e colocá-lo em seu devido lugar? Nem mesmo o clássico sinal da escravidão, os pés descalços, podia servir como norte, pois acontecia de escravos estarem com sapatos e de libertos andarem descalços e mal vestidos: “Em suma, e antes que reine a confusão: é pouco provável que na Corte, pelo menos nas últimas décadas da escravidão, fosse possível descobrir a condição de um negro olhando o que ele trazia ou deixava de trazer nos pés”(CHALHOUB, 1990: 214).

Como descobrir quem se portava como sendo o que não era – escravo passando por liberto? E como distinguir quem era livre, se trajava como escravo? Chalhoub defende a tese de que os escravos provocavam essa duplicidade de papéis de modo a escapar das estratégias de dominação e controle que incidiam sobre eles. Foram formas, pois, de usar os signos da cidade a seu favor, escondendo sua condição de escravos de modo a fugir da suspeição generalizada que se estendia sobre eles.

Especialmente porque o Rio de Janeiro, nesse período, era bem diferente da cidadezinha acanhada que recebeu a Corte Portuguesa. Ampliou-se, a partir de seu centro histórico, ocupando gradativamente outras áreas, como o Andaraí, Botafogo, Glória, Laranjeiras, Flamengo, São Cristóvão, o alto da Tijuca e as áreas em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Os trens e bondes também rasgaram novos caminhos em direção aos subúrbios: Engenho de Dentro, Nova Iguaçu e Jacarepaguá. Nestes, porém, apesar de todos os melhoramentos implementados, as ruas ainda eram depósitos do lixo urbano e doméstico, que se transformava em verdadeiros lodaçais, tornando os locais intransitáveis quando chovia.

Segundo Patto (2000), as obras de reforma e saneamento urbano não alteraram de forma drástica os padrões de urbanização definidos desde o período colonial. Seu objetivo principal teria sido eminentemente econômico pois, além de facilitar a circulação de mercadorias, as obras engordaram os cofres das companhias importadoras, construtoras e imobiliárias, nacionais e estrangeiras, além da dos próprios governantes.

Havia ainda o medo das epidemias de cólera, febre amarela e de outras doenças endêmicas, e um outro, mais insidioso, que fazia parte do dia-a-dia dos moradores da cidade: o “medo branco”. Esse era o medo das traições, roubos e assassinatos que os escravos podiam deflagrar contra seus

senhores, substituto do pavor das insurreições e fugas de escravos, mais acirradas e reconhecidas na primeira metade do século.

O “medo branco” tornou-se aliado do temor produzido pelos bandos de vadios e vagabundos que deambulavam pela cidade, sem “eira nem beira”, provocando as autoridades a propor soluções para um problema que atingirá proporções alarmantes no século posterior, já republicano.

Nesse momento são eles, os vagabundos, os vadios, homens livres sem profissão definida, que, com os escravos, enxameiam a cidade. “Perigo ambulante” a exigir trabalho constante das autoridades para chamá-los à ordem e de onde saiu a maior parte da clientela que migrou para a marginalidade nas décadas seguintes.

O Rio de Janeiro era avaliado como lugar perigoso porque por ele circulavam homens perigosos. Cidade esconderijo para negros fujões, cidade de capoeiras, de maltas de desvalidos que aguardavam para “dar o bote” sobre os homens de bem, produzindo um sentimento generalizado de insegurança. Cidade que se apresentava para o Império como a anti-cidade, como aquilo que não deveria ser uma cidade, e seus maiores representantes eram os negros, principalmente pelo poder que tinham, presente no imaginário urbano, de contaminar a cidade e a sociedade. Metáfora do mal que variava em função das gradações de cor – negro, pardo, mulato ou moreno –, apontando para graus diversos de periculosidade. O branco pobre também não escapará desse estigma, em função de seu convívio com o que era considerado natural à população negra, sua malignidade – complexidade urbana que autorizava acionar mecanismos jurídicos e policiais de vigilância e repressão com contundência cada vez maior.

Da mesma forma, os médicos higienistas tomaram para si a responsabilidade sobre o corpo da cidade e da população. Avaliando aquele

como caótico, desordenado e doente, a medicina tratará de curá-lo, retirando-o de sua sujeição à natureza, modificando seus ares, seus morros, suas lagoas e mangues, e colocando-o em um outro lugar/território, organizado racionalmente pelo homem.

De acordo com Pechman (2002), esses médicos criaram uma cidade para além da cidade real de pedra, tijolo e cal, por onde se anda e se vive. Inventaram a cidade dos médicos, cidade-imagem sobre a qual farão incidir suas políticas saneadoras, que servirá como contraponto para avaliar o Rio de Janeiro e se expandirá para outras cidades do país. Modelo higienista, pois, que desprezará todas as outras interpretações, afirmando-se como referência do que deve ser uma cidade, colando-se à cidade real, cabendo aos médicos, capazes de sanear o país, aparar as arestas, cortar o que sobra e colocar o que falta nessa transposição.

Quanto ao corpo da população, procurarão curá-lo de sua mais grave doença: ser mestiço, indolente, perigoso e bárbaro. E se o critério cor desapareceu dos censos oficiais, as teorias raciais, por sua vez, vieram para ficar, passando a fazer parte das discussões e embates entre os intelectuais e políticos da época, na esteira do que já acontecia na Europa desde os meados do século.

Nessa terapêutica para o corpo doente do povo mestiço, essas teorias surgem como modelo explicativo. Os “homens de ciência”, junto com os doutores da lei, adaptaram as idéias estrangeiras, tentando dar conta do paradoxo resultante dessa adaptação: como aplicar as teorias que condenavam o cruzamento racial a um povo que já estava miscigenado há muito tempo?

A mudança das classificações utilizadas para o censo de 1872 aconteceu após a promulgação da Lei do Ventre Livre e vinte e dois anos

após o término do tráfico de escravos, numa década em se pode observar o surgimento de um forte movimento anti-escravagista, que aglutinou figuras políticas, intelectuais reconhecidos e a gente do povo, capaz de fazer frente aos grandes senhores de escravos (LOBO, 1997).

Concomitante a isso, Schwarcz (1987) afirma que, quanto mais próximo da data da Abolição, que permitiria, enfim, o “acesso” dos negros à cidadania, mais e mais era constante o aparecimento, nos jornais da época, de representações que apresentavam o negro como delinqüente, bêbado, imoral e inapto para o trabalho livre. Tal constatação permite à autora sublinhar que essa forma de conceber os negros não mais se restringia aos compêndios científicos, mas se “democratizava” por toda a sociedade.

Nesse mesmo período, houve também uma grande divulgação das teorias raciais que já circulavam na Europa ao longo do século. Teorias estas que produziram os fundamentos para justificar a escravidão no exato momento em que ela já apresentava sinais de esfacelamento, e prosseguiram sua ação domesticadora e excludente após a Abolição.

As teorias racistas apoiavam-se na Biologia nascente no século XIX e dividiam-se em dois grandes grupos: as monogenistas, isto é, uma só origem para a humanidade (o casal bíblico), e as poligenistas, que propugnavam troncos originais distintos para as raças humanas contemporâneas e ganharam suporte científico em virtude das descobertas da paleontologia oitocentista (ALENCASTRO, 1997).

Darwin (1859) priorizou uma visão poligenista modificada: as raças tiveram uma única origem, mas, em épocas remotas, se separaram; por isso, algumas evoluíram e outras, não. Tributárias da teoria darwinista, duas novas propostas emergem: o *darwinismo social*, para o qual as diferenças sociais são devidas a diferenças biológicas, oposto ao *evolucionismo social*,

que trata as desigualdades como relativas aos estágios diferentes de desenvolvimento sócio-cultural das raças humanas.

A despeito das diferenças entre as duas teorias, a hierarquização das raças é um fator comum, seja por fatores biológicos ou culturais. Nessa hierarquia, naturalizada, sempre se afirma a superioridade da raça branca e a inferioridade da negra e da mestiça, que ocupariam os últimos lugares na escala da evolução humana, mas os primeiros na responsabilidade pelo atraso do Brasil, em todos os níveis.

Para aperfeiçoar a raça brasileira, de modo a colocar o país no caminho certo da civilização, duas soluções foram priorizadas: a purificação, pelo impedimento da miscigenação com as raças inferiores (leia-se negros e mestiços), e o embranquecimento progressivo, pelo cruzamento de nossos mestiços com os brancos superiores.

Fecha-se, assim, um ciclo: promove-se a importação de colonos europeus brancos para o Brasil em substituição à mão-de-obra nacional, já declarada como inapta para o trabalho livre e para as tarefas mais nobres, justificando, de forma científica, o abandono a que foram relegados os negros e mestiços após a Abolição. Desvalorizados como cidadãos e mão-de-obra, e sem o “chicote do feitor”, corriam ainda o sério risco de se tornarem “perigosos inúteis”, devido à sua brutalidade natural.

Segundo Lobo (1997), essa situação pode ser vista como efeito da forma como as lutas anti-escravagistas foram encaminhadas, pois poucos dos engajados nas mesmas se preocuparam em propor reformas que acompanhassem a libertação e promovessem melhorias nas condições de vida da população em geral. Schwarcz (1993) também sugere que os debates acerca do aperfeiçoamento da raça ocuparam o lugar que poderia ter sido destinado às análises sobre a cidadania dos “novos cidadãos”.

De fato, o que a historiografia nos esclarece é que, após a Proclamação da República, as controvérsias e os debates sobre como resolver a questão racial do Brasil serviram para justificar e regulamentar duras hierarquias sociais, deixando clara a aliança que se estabeleceu entre o discurso biológico das teorias raciais e os equipamentos de poder da época.

Nesse contexto, é emblemática a história que se conta acerca de Rui Barbosa: republicano convicto, queimou, ou mandou queimar, os arquivos sobre a escravidão, acreditando que, ao apagar os registros, apagaria também suas conseqüências.

Quer essa história tenha acontecido quer não, ela nos interessa pela idéia que traz: a de que, com uma “penada” – a assinatura de um decreto –, a história de 350 anos pudesse ser abolida e, com ela, o argumento secular para sua manutenção – a aptidão natural dos negros para a escravidão.

Conhecer essa história, tanto quanto a da aliança estabelecida entre as teorias racistas e o poder republicano – com seus efeitos na organização, regulamentação e normalização da população brasileira, que excluiu e desqualificou, sob o nome da ciência, o contingente de negros, pardos, mulatos e tantos outros nomes dados ao povo brasileiro mestiço –, é necessário para pensarmos a questão racial na contemporaneidade.

Não para buscar, nessa história, as causas do que se passa atualmente, mas para interromper o que, para alguns, pode expressar uma continuidade ou, para outros, uma relativização culturalista. Pensar os problemas atuais significa, para nós, usar a história para diagnosticar esse presente e romper com ele, produzir crises, dividi-lo, torná-lo plural e produzir diferenças e descontinuidades.

É a partir desse movimento que podemos afirmar não aquilo que somos, mas o que estamos em vias de nos tornar, o outro, o vir-a-ser outro.

O que significa escapar dos caminhos conhecidos – as raças e as identidades – e inventar outras formas de problematizar a questão, pois, como diz Foucault (1984), “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição de conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (p.13)

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, L. F. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. Em: ALENCASTRO, L. F (Org) – *História da vida Privada no Brasil*, Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussman Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, M. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- COARACY, V. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2003
- FOUCAULT, M *História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. “O Sujeito e o Poder”. Em: DREYFUS, H. & RABINOV, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- KASASCH, M. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA, I. *Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LOBO, L. *Os Infames da História. A Instituição das Deficiências no Brasil*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1997.

- PATTO, M. H. *Mutações do Cativo*. *Escritos de Psicologia e Política*. São Paulo: Hacker Editores/ EDUSP, 2000.
- PECHMAN, R. M. *Cidades Estritamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- SCWARCZ, L. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCWARCZ, L. *Retrato em Branco e Preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TAPAJÓS, V Rio Romântico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. RJ, 1989, pp.15/24

Silvia Carvalho Josephson é Doutora em Psicologia Social – UERJ;
Professora do Departamento de Psicologia - UFF.
E-mail: silviacj@superig.com.br

Ana Maria Jacó Vilela é Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social – UERJ.
E-mail: amjaco@uol.com.br

¹ Entre 1821 e 1849, a Corte agregava, em números absolutos, a maior concentração de escravos urbanos existentes no mundo desde o final do Império Romano: 110.000 para 266.000 habitantes (ALENCASTRO, 1997), não tendo havido nenhuma outra cidade na América que se aproximasse desse número.

² “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça com a paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’” (BUARQUE DE HOLLANDA, 1995:110).

³ “Não nos esqueçamos de que a força policial não foi inventada, no século XVII, apenas para manter a lei e a ordem, nem para assistir os governo em sua luta contra seus inimigos, mas para assegurar a manutenção, a higiene a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio” (FOUCAULT, 1995: 238).

⁴ -Expressão pela qual eram conhecidas as sessões de chibatadas, na prisão do Calabouço, às quais os escravos envolvidos com a capoeiragem e a malandragem eram submetidos.

⁵ Grandes tinhas de madeira, carregadas por escravos, contendo dejetos humanos e outros, que eram despejados nas praias próximas à cidade. Também era o nome dado aos escravos que as carregavam. De acordo com Alencastro (1997:57), eles possivelmente receberam esse nome por causa da cor tigrada que a matéria fecal, transbordante das tinhas, deixava em seus corpos. Segundo outra interpretação, seria pelo pavor que, como os animais de mesmo nome, infundiam, afugentando aqueles que andavam de noite pelas ruas da cidade, não só pelo terror da possibilidade de algum esbarrão com eles na noite escura, como pelo cheiro e rastro que deixavam à sua passagem (COARACY, 1965:61).